



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

LUISA TAVARES

As notícias e as coisas: para uma genealogia da verdade no jornalismo

MONOGRAFIA
do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*
ministrada pelo Prof. Jorge Kanehide Ijuim
no primeiro semestre de 2015
Orientador: Prof. Dr. Jacques Mick

Florianópolis
Novembro de 2015

LUISA TAVARES

As notícias e as coisas: para uma genealogia da verdade no jornalismo

MONOGRAFIA do Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à disciplina de Projetos Experimentais ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim no segundo semestre de 2015.
Orientador: Prof. Dr. Jacques Mick

Florianópolis
Novembro de 2015

FICHA DO TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – JORNALISMO UFSC		
ANO	2015	
ALUNA	Luisa Tavares	
TÍTULO	As notícias e as coisas: para uma genealogia da verdade no jornalismo	
ORIENTADOR	Jacques Mick	
MÍDIA	<input type="checkbox"/> Impresso	
	<input type="checkbox"/> Rádio	
	<input type="checkbox"/> TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/> Foto	
	<input type="checkbox"/> Web site	
	<input type="checkbox"/> Multimídia	
CATEGORIA	<input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input type="checkbox"/> Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input type="checkbox"/> Reportagem livro-reportagem ()	() Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País:
ÁREAS	Jornalismo, teoria do jornalismo, conceito de verdade, genealogia	
RESUMO	Entre os pressupostos que baseiam o saber e a prática do jornalismo, a busca pela verdade tem lugar privilegiado. Apesar de tanto profissionais quanto acadêmicos terem relativizado a premissa ao longo dos anos, ela ainda permanece como fundamento do campo jornalístico. Nesta monografia, defendo a necessidade de uma discussão teórica que não naturalize o conceito, mas que analise o processo segundo o qual este veio a ser relevante, a partir de relações de saber-poder, no contexto da modernidade. Para isso, considero as potencialidades de um olhar genealógico do conceito de verdade no jornalismo, para que seja possível compreender o papel deste valor na constituição e funcionamento do campo, e como ele afeta tanto o que podemos entender sobre a profissão, quanto sobre o discurso que ela produz.	

AGRADECIMENTOS

À minha família, que me criou para pensar por mim mesma (embora talvez não goste do que ando pensando).

À escola Sarapiquá, por ser esse lugar que só forma gente estranha.

À Gislene, por ter me mostrado que não há só um jeito de se fazer pesquisa.

Aos amigos que, por ouvir e discutir, participaram deste trabalho, que antes de tudo é um esforço coletivo.

E por fim ao Jacques, que disse “bem-vinda ao clube” e, suspeito, compartilha comigo da angústia e potência de se gostar mais de perguntas do que de respostas.

“(...) mais do que querer reduzir os outros ao silêncio, fingindo que seu propósito é vão - tentar definir esse espaço branco de onde falo, e que toma forma, lentamente, em um discurso que sinto como tão precário, tão incerto ainda”

(Michel Foucault)

RESUMO

Entre os pressupostos que baseiam o saber e a prática do jornalismo, a busca pela verdade tem lugar privilegiado. Apesar de tanto profissionais quanto acadêmicos terem relativizado a premissa ao longo dos anos, ela ainda permanece como fundamento do campo jornalístico. Nesta monografia, defendo a necessidade de uma discussão teórica que não naturalize o conceito, mas que analise o processo segundo o qual este veio a ser relevante, a partir de relações de saber-poder, no contexto da modernidade. Para isso, considero as potencialidades de um olhar genealógico do conceito de verdade no jornalismo, para que seja possível compreender o papel deste valor na constituição e funcionamento do campo, e como ele afeta tanto o que podemos entender sobre a profissão, quanto sobre o discurso que ela produz.

Palavras-chave: jornalismo; teoria do jornalismo; verdade; genealogia; Michel Foucault.

ABSTRACT

Among the premises on which both journalism practices and research rely on, the quest for the truth as a value holds a significant place. Although professionals and academics have increasingly been taking this premise in a relative way over the years, it still remains as one of the most important values that define the journalistic field. In this monograph I advocate the need for a theoretical discussion that doesn't naturalize such concept, analyzing instead the process according to which it came to be relevant, through relations of power-knowledge, in the context of modern age. For that, I look upon the potential of a genealogical study of the concept of truth in journalism, to understand which part it plays on the field constitution and functioning, and how it affects what we can comprehend about the activity and the discourse it produces.

Key-words: journalism; journalism theory; truth; genealogy; Michel Foucault.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SABER-PODER E FORMA SOCIAL DE CONHECIMENTO.....	18
2 VERDADE, NOSTALGIA DO CLÁSSICO	29
3 JORNALISMO COMO DISPOSITIVO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

É sempre sobre um fundo do já começado que o homem pode pensar o que para ele vale como origem.

(FOUCAULT, 2007, p. 456)

Na televisão, nos jornais, nas emissoras de rádio e na internet, o jornalismo se dá como verdade. Sua credibilidade pode ser questionada – os veículos ou jornalistas podem ser chamados de manipuladores –, mas na maior parte das vezes esse questionamento aparece não como dúvida sobre a importância e função que o jornalismo tem como instituição, mas como crítica baseada em um modelo do que ele deveria ser. Sua legitimidade parece preservada: o domínio do ideal garante seu papel diante da sociedade, mesmo que muitas vezes o contexto de produção e os próprios produtos não sejam coerentes com os valores estabelecidos nele.

É com esse domínio do ideal, dos valores, que pretendo trabalhar nesta monografia: não as falhas ou acertos dos veículos de comunicação em particular, mas algo anterior a isso, no âmbito do conceito do que seriam a prática e a profissão, que permite aos jornalistas se afirmarem como tal, e faz com que seja possível a ideia de jornalismo que temos hoje. Foucault diz que

Para Nietzsche, não se tratava de saber o que eram em si mesmos o bem e o mal, mas quem era designado, ou antes, *quem falava*, quando, para designar-se a si próprio se dizia *Aghatós*, e *Deilós* para designar os outros. Pois é aí, naquele que *mantém* o discurso e mais profundamente *detém* a palavra, que a linguagem inteira se reúne. (FOUCAULT, 2007, p. 421).

Descrever, enunciar, nomear, poder narrar, criar e propagar discursos. O que deu essa legitimidade ao jornalismo? Como “se informar” tornou-se tão indispensável a ponto de se assemelhar a uma razão diária? O que faz com que as pessoas usem matérias jornalísticas como *provas* de seus argumentos? O que assegura ao jornalismo legitimidade social para condenar e absolver, amenizar e trazer à tona, dar nome às coisas, organizar o mundo? Em suma, o que conferiu ao jornalismo a possibilidade de afirmar e ser ouvido nessa afirmação?

Digo afirmar, pois ele poderia somente argumentar. Poderia analisar, interpretar, deixar perguntas em aberto. Mas a grande marca da notícia, como gênero fundamental do jornalismo, parece ser a afirmação: títulos sucintos, verbos no presente. Segundo as notícias, as coisas *são*. Se formos dissecar o texto, podemos questionar a força da afirmação – quem viu? quem disse? quantos disseram? as fontes são confiáveis? – mas, no fundo, o jornalismo promete, e o público crê, no que *é*. Mesmo que este “ser” seja internamente contraditório.

Dizer o que *é* pressuporia a existência de uma realidade independente do indivíduo, e que pode ser conhecida ou descoberta. Para conhecer a realidade *é* feita a apuração, são formuladas técnicas de checagem, para que o objeto do afirmar seja descoberto (o fato), para que o afirmar seja resguardado, para que não se venha a desmentir depois. Não se trata aqui, necessariamente, de notícias que acusem sumariamente ou só apresentem um ponto de vista: o que *é* pode ser internamente contraditório, ou seja, conter em si afirmações contraditórias. Mas, ainda que o que se afirma seja contraditório, isso não muda que o jornalismo tenha a prerrogativa, e mesmo o direito, de afirmar esse contraditório.

O que me interessa *é* entender como o jornalista se tornou aquele que tem por tarefa afirmar o que *é* – utilizando testes de veracidade: checagem, apuração, verificação... O que, em determinado momento da história, definiu que o jornalismo deveria *estar certo* (ou ao menos buscar isso)? Que deveríamos ouvir o que este tem a dizer? O que definiu, por que se aceita, como se construiu a ideia de que aquilo que o jornalismo deveria buscar - a sua função - seria a *verdade* sobre a atualidade? A ideia de verdade e a de realidade, neste caso, aparecem bastante ligadas. Quando se fala de busca pela verdade, no jornalismo, trata-se de uma apreensão ou aproximação da realidade. Por isso considero, neste trabalho, os termos como relacionados, se não como equivalentes: a realidade seria uma verdade.

Apesar de já questionada, principalmente no âmbito acadêmico, a ideia de que o jornalismo deveria buscar a verdade ainda serve como base fundadora da profissão e também de sua teoria. Desde a teoria do espelho, para a qual supostamente o jornalismo deveria ser um retrato fiel da realidade, o conceito foi relativizado, mas em nenhum momento (pelo menos não de forma hegemônica) se deixou de lado ou se desconstruiu a ideia de que há uma realidade externa ao indivíduo, com a qual lidamos, necessariamente. Retrato, representação, interpretação, tradução, reprodução, enquadramento da, correspondência à – realidade. Os esforços para se definir o que seria essa ‘realidade’ são muito poucos, e este fica sendo um conceito-chave autoevidente. Ignora-se a importância de definir e discutir as consequências da utilização deste conceito, como se não houvesse aí escolhas possíveis.

Nietzsche disse que as verdades são ilusões das quais se esqueceu que são, ou seja, que o homem esqueceu que criou (NIETZSCHE, 2007, p. 37). Parece, por vezes, que o homem se esquece que a própria ideia de realidade *é* uma criação sua, inserida na sociedade, na linguagem, na história, não podendo ser desvencilhada dessas premissas. No jornalismo, atividade que se propõe a conhecer cotidianamente a realidade, a relação com esta *é* de uma negação que afirma: *é* impossível ter acesso à realidade “pura”, mas ela está lá, existe, e

devemos buscá-la. Tudo que se coloca no caminho desse horizonte é visto como obstáculo – a subjetividade, a ideologia, etc.

Quando se questiona a busca do jornalismo pela verdade ou realidade, não raro a resposta é um “arrasto” dos conceitos do campo filosófico, onde são debatidos e questionados, para o âmbito da “prática”. Se na filosofia o conceito de verdade é profundo, complicado, instável, no jornalismo ele é tornado funcional, segundo a máxima “trata-se da verdade dos fatos”. Não só no senso-comum dos profissionais que trabalham nas redações, mas também nas teorias. Essas premissas perpassam todo o campo jornalístico, com diferentes níveis de questionamento, mas sem abandono em nenhuma das áreas: a ideia é que o jornalista não buscaria uma verdade universal ou absoluta, esse algo grande, quase-Deus, mas uma verdade possível, ainda que passível de revisão:

É isso que o jornalismo busca – uma forma prática ou funcional de verdade. Não é a verdade no sentido absoluto ou filosófico. Não é a verdade de uma equação química. O jornalismo pode – e deve – buscar as verdades a partir das quais podemos operar no dia-a-dia¹. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2007, p. 42, tradução nossa)

A “verdade jornalística” é a um só tempo ideal e prática. O jornalista ou acadêmico do jornalismo aproxima de si, ao chamar de “prático”, aquilo que reconhece ser inalcançável e, na negação da possibilidade de conhecê-lo, afirma sua existência autoevidente e a importância do caminho em sua direção. A aproximação da realidade se dá pelo relato neutro e fiel aos fatos, sem que o jornalista deixe que sua opinião interfira no julgamento daquilo que é o mais próximo que ele pode chegar do real. A subjetividade é reconhecida enquanto obstáculo a ser superado (ainda que se admita que isto seria impossível) em busca de um ideal de realidade.

Exige-lhe esforço, inclusive, admitir para si mesmo o fato de que o inseto ou o pássaro percebem um mundo totalmente diferente daquele percebido pelo homem, sendo que a pergunta por qual das duas percepções de mundo é a mais correta não possui qualquer sentido, haja vista que, para respondê-la, a questão teria de ser previamente medida com o critério atinente à *percepção correta*, isto é, de acordo com um critério que *não está à disposição*. (NIETZSCHE, 2007, p. 42)

Segundo critérios próprios do campo, o jornalista decide que aquilo que escreve é o real. Isso vale também para o contraditório, pois aos leitores se oferece somente uma parcela

¹ “This is what journalism is after - a practical or functional form of truth. It is not truth in the absolute or philosophical sense. It is not the truth of a chemical equation. Journalism can - and must - pursue the truths by which we can operate on a day-to-day basis”.

do contraditório, aquela considerada relevante... O público aceita quando lhe dizem que *isto é o real*? Uma parcela significativa dele parece aceitar, não necessariamente todo o tempo, ou sem ressalvas. Tal aceitação se transforma ao longo do tempo?

O jogo me parece mútuo, não como manipulação que parte somente de um lado. Quando o repórter escreve em terceira pessoa, excluindo a si mesmo da história que conta, quando diz que “fulano disse” sem dizer em quais circunstâncias, quando não situa a matéria que fez segundo o lugar que ele mesmo ocupa no mundo, são apagadas as origens discursivas daquele enunciado. O jornalismo, com seu método de impessoalidade, oculta os indícios de que aquilo foi de alguma forma construído, dando a entender que se trata de uma realidade autoevidente: uma verdade. Mas o público também está receptivo a acreditar nessa promessa de verdade. O jornalista esquece que fez – não está pessoalmente envolvido, ele escreve pela instituição – e o público esquece que foi feito por alguém. Vira informação, o fato flutuante, sem raiz, óbvio, evidente: “como se os fatos pudessem falar por si mesmos” (COSTA, 2005, p. 299).

O que explica que conceitos superados em outras áreas, já questionados dentro do próprio campo jornalístico, ainda perdurem enquanto valores da profissão? Vejo duas perspectivas complementares que podem ajudar a entender isso. Por um lado, há a necessidade de diferenciar o jornalismo de demais práticas, mais comumente a literatura ou a história, como forma de delimitação do campo. A ideia de jornalismo que se baseia nos conceitos de busca pela realidade ou pela verdade, com o acréscimo da atualidade e interesse público, costuma dar conta dessa necessidade, com poucas variações.

A segunda perspectiva trata de por que essa definição raramente é mais profundamente questionada: o jornalismo como instituição nunca passou de fato pela necessidade de se definir. Com o monopólio dos meios de produção e circulação da informação pelos veículos jornalísticos, antes de rupturas como a internet, bastava defini-lo a partir dos meios, dos produtos, das formas de produção, do profissional:

Mas é largamente devido ao fato de que esse campo de atividade nunca teve de enfrentar a necessidade de se definir verdadeiramente. Estando protegido dos tormentos de um aprofundamento sistemático por sua posição – a exclusividade de seu acesso ao campo e às fontes e sobretudo ainda seu “monopólio dos instrumentos de difusão” (Bourdieu, 1996 : 91) – , o jornalismo pode ser definir, inclusive por direito, por essa mesma posição específica: é jornalista aquele que alimenta um órgão de informação². (LABASSE, 2015, tradução nossa)

² “Mais, il est largement dû au fait que ce domaine d’activité n’a jamais dû faire face à la nécessité de se définir vraiment. Étant protégé des affres d’un approfondissement systématique par sa position — l’exclusivité de son

Desde o fim do século XX, momento a partir do qual “qualquer um” pode produzir e veicular massivamente histórias e acontecimentos, inclusive mimetizando o jeito de fazer típico do jornalismo, as palavras e inflexões, a forma, e mesmo com mais agilidade, surge um problema: o que diferencia o jornalista de outros produtores de conteúdo e do seu público? A crise que temos hoje parece ir além do negócio, das formas de financiamento, do emprego. É também uma crise conceitual. Para permitir a diferenciação da literatura era preciso se dizer não-ficção, mas agora a questão é mais profunda: o que faz com que o jornalismo continue a ser necessário?

Não que não tenha havido esforços, ao longo dos anos, para se definir os fundamentos da atividade. Mas, talvez por se tratar de uma área que constantemente reclama seu caráter eminentemente prático, os valores que baseiam as discussões tendem a ser pouco elaborados. O jornalista diz que trabalha em nome do interesse público, tendo em vista a democracia. Mas a que conceito de democracia nos referimos? Quem decide o que é de interesse público e se isto seria benéfico a esta democracia? O jornalista deve sempre ter como horizonte a verdade. Mas o que entendemos por verdade? As discussões conceituais costumam ser ou deixadas de lado, ou confusas:

A verdade informativa é relativa e plural, o que não se deve entender como uma qualquer abdicação na procura da verdade. Esta constatação não significa, com efeito, que todas as 'verdades' – isto é, todos os pontos de vista – se equiparem, o que levaria a um ceticismo demissionário. Pelo contrário, alguns pontos de vista estão mais próximos do que outros da verdade. Por outro lado, a oposição entre dois pontos de vista não supõe de modo nenhum que um seja verdadeiro e o outro falso, nem que a verdade esteja 'entre ambos'. O relativismo da verdade jornalística destaca simplesmente, de acordo com Popper, 'o fato de todas as fontes do conhecimento: a tradição, a razão, a imaginação, a observação ou qualquer outra fonte concebível, serem aceitáveis e poderem ser utilizadas, mas nenhuma delas tem uma autoridade indiscutível'. Este predomínio da crítica é crucial, porque fundamenta tanto o pluralismo como a tolerância que dele resulta. (CORNU, 1994, p. 101)

A verdade é relativa e plural, mas deve ser buscada; não há uma Verdade, mas as verdades devem ser hierarquizadas por “mais verdade” ou “menos verdade”, mais próximos ou mais distantes da verdade. A verdade não está em um ponto, nem outro, nem entre ambos. Como pode a verdade ser relativa e plural, ao mesmo tempo em que devemos procurá-la, no singular? Como podem todas as formas de conhecimento ser válidas, se equiparar todos os pontos de vista seria um “ceticismo demissionário”? Segundo que critérios se estabelece que

accès au terrain et aux sources, et plus encore son ‘monopole des instruments de diffusion’ (Bourdieu, 1996 : 91) —, le journalisme a pu se définir, y compris en droit, par cette même position spécifique : est journaliste celui qui alimente un organe d’information.”

algumas seriam mais válidas que outras? Mesmo conceitos de uma dimensão mais “prática”, como o de informação, são pouco elaborados.

Nas discussões teóricas do jornalismo, geralmente o questionamento da verdade vai até certo ponto e para. Tecem-se comentários acerca da complexidade deste valor, e como ele seria importante. Pode-se criticá-lo e relativizá-lo. Mas não são muitos os casos em que se toma a posição mais radical de refletir sobre o que o ideal nos diz do jornalismo que temos. Pouco se faz o exercício de especular se o jornalismo continuaria existindo caso ele não fosse levado em consideração, e de se questionar por que motivos e que formações históricas fizeram com que precisássemos acreditar especificamente nessa lógica que rege a profissão.

Penso que não seria possível discutir os valores éticos, no caso desta monografia, a verdade, sem estabelecer um escopo mais amplo, no qual esses valores podem aparecer com mais clareza. Não parece possível pensar como se constitui a ideia de verdade no campo jornalístico sem considerar as relações de saber-poder que se estabelecem dentro e fora dele, as diversas dimensões que compõem seu funcionamento.

Tendo isso em vista, proponho aqui refletir sobre as potencialidades que o trabalho de Michel Foucault, mais especificamente seu método de genealogia, oferecem para a compreensão dos problemas que se apresentam. Ao lidar com um conceito como o de verdade, naturalizado tanto por teóricos quanto por profissionais, uma análise genealógica permitiria perceber os indícios históricos da construção desse conceito no campo, além de seu papel na própria constituição e funcionamento deste. Como diz Brian Creech, “O ponto de um projeto genealógico é trazer à tona as forças historicamente enraizadas que produzem certos objetos de conhecimento”³ (CREECH, 2013, p. 272, tradução nossa). Foucault concebe a genealogia como forma de investigar a constituição de saberes, análise que no método arqueológico era focado nas regras de formação dos discursos, de forma a abranger a dimensão do não-discursivo e do poder:

(...) a passagem da arqueologia à genealogia é uma ampliação do campo de investigação para incluir de maneira mais precisa o estudo das práticas não discursivas e, sobretudo, a relação não discursividade/discursividade. Em outras palavras, para analisar o saber em termos de estratégia e táticas de poder. Nesse sentido, trata-se de situar o saber no âmbito das lutas. (CASTRO, 2009, p. 185)

Efetuar uma análise genealógica é considerar as práticas discursivas e não-discursivas

³ “The point of a genealogical project is to tease out the historically rooted forces that produce received objects of knowledge”

a partir de sua constituição em determinado momento histórico, por certas condições de saber e relações de poder que as constituem. Analisar a ideia de verdade no jornalismo segundo uma perspectiva genealógica significa dar um passo atrás e questionar esse valor como algo que foi, e é, construído. Significa questionar o próprio jornalismo como algo que foi construído através de disputas – sendo constantemente afetado e modificado por fatores internos e externos ao campo – e não buscá-lo como algo que preexiste, como uma forma imóvel, que em sua origem se encontrava em estado de perfeição, e sobre a qual caem acidentes, obstáculos:

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se um genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. (FOUCAULT, 1979, p. 17-18)

Cabe então questionar se o jornalismo tem e sempre teve as mesmas funções e os mesmos fundamentos em diferentes momentos e lugares – como se só o que mudasse fossem as técnicas, permanecendo intactos objetivos e “missão”, aqui ou na China, agora ou no século XIX⁴. Cabe observar as estruturas produtivas, encarando a inserção no mercado como parte integrante dele mesmo – daquilo que pensamos dele – e não como um apêndice, como um obstáculo que impede que a atividade seja o que ela, de forma “pura”, é. É cada vez mais necessário pensar na identidade profissional daqueles que se dizem jornalistas, seja de redação ou de assessoria, e no que o público pensa, quer, estabelece como jornalismo, além da relação deste com os ideais democráticos. Esse momento de crise (chamando-a ou não por este nome) parece bom para fazê-lo.

Olhar para a história do jornalismo com essas questões em mente possibilita uma interpretação crítica dos valores hoje mobilizados na profissão, encarando-os como não obrigatórios. A não obrigatoriedade da utilização desses conceitos abre caminhos, por sua vez, para pensar se são esses os valores que queremos daqui para frente, se não existem outros que

⁴ “Como se o olho tivesse aparecido, desde o fundo dos tempos, para a contemplação, como se o castigo tivesse sempre sido destinado a dar o exemplo. (...) Colocando o presente na origem, a metafísica leva a acreditar no trabalho obscuro de uma destinação que procuraria vir à luz desde o primeiro momento.” (FOUCAULT, 1979, p. 23)

poderiam substituí-los – vide o descompasso destes valores com o cotidiano dos jornalistas, e a disparidade que eles criam entre o que o público espera e o que os profissionais podem, efetivamente, oferecer.

Assumir uma perspectiva genealógica é cutucar ideias aparentemente fixas: exercício similar ao que operamos quando, ao olhar para fotografias antigas, fazemos e refazemos aquela que acreditamos ser a história de nossas vidas. Como diria o poeta Waly Salomão, “a memória é uma ilha de edição”. Só que, neste caso, trata-se de uma memória coletiva, a construção de uma ideia que não se sabe bem se apareceu depois de constituído o campo jornalístico, se foi parte integrante neste processo, ou se é reinventada constantemente, acompanhando um campo também em processo de permanente criação de si mesmo.

Como uma pesquisa de tal amplitude foge ao que seria possível para um Trabalho de Conclusão de Curso, tanto pelo tempo limitado quanto pelo nível de leitura que ela exige, faço dessa monografia uma reflexão sobre as potencialidades de revisitar o valor da busca pela verdade segundo uma perspectiva genealógica. Ao mesmo tempo, proponho e discuto algumas dimensões e relações de saber-poder que cercam o jornalismo, o lugar do discurso jornalístico na epistème moderna e sua dimensão como dispositivo.

1 - SABER-PODER E FORMA SOCIAL DE CONHECIMENTO

(...) isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

(FOUCAULT, 2012, p. 10)

É como discurso relativamente autônomo que o jornalismo aparece, a partir do século XIX, fazendo frente e afetando (ao mesmo tempo que é afetado por) outros discursos como a história, a economia, a literatura, a ciência, etc. O jornalismo ganha relevância na modernidade, momento no qual há a impressão de que o tempo passa mais rapidamente, que os acontecimentos (ou nosso acesso a eles) se sucedem com maior agilidade e se faz necessário um discurso que fale sobre o “aqui e agora”. Grande parte do público busca no discurso jornalístico o comentário para a crise em determinado setor da economia, a análise sobre as desigualdades sociais, enfim, fatores que afetam a forma com que cada um se insere no mundo, age e reage ao que acontece nele.

Harvey (1992) relaciona as novas experiências frente ao tempo e ao espaço com mudanças no capitalismo: a emergência de um regime de acumulação flexível do capital, a derrubada de barreiras espaciais com a globalização, a aceleração do ritmo de vida. São “(...) processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos” (HARVEY, 1992, p. 219). O jornalismo se insere na lógica que Harvey chama de “compressão do tempo-espaço”: ao fazer com que a experiência de pessoas na França seja compartilhada por alguém que vive no Brasil, tornar esta experiência importante para pessoas que não vivem naquele lugar, influencia na própria percepção que temos do espaço; ao produzir, de forma constante e intensa, sentidos sobre os acontecimentos, contribui para a concepção de que o tempo passa mais rapidamente. O jornalismo se apresenta, na contemporaneidade, como um discurso que, acompanhando o ritmo acelerado da vida, oferece os enunciados imediatos de que necessitamos para perceber o mundo e agir nele.

Adelmo Genro Filho argumenta que os meios de comunicação de massa seriam um aparato técnico e social que “permite transportar a dimensão fenomênica e singular dos acontecimentos, rompendo barreiras de tempo e espaço” (GENRO FILHO, 2012, p. 134). O jornalismo seria uma mediação que apresentaria, através da notícia, o acontecimento enquanto algo imediato, onde quer que se esteja:

O desenvolvimento capitalista impõe o surgimento de uma forma de conhecimento social cristalizado no singular, recolocando numa qualidade inteiramente nova a questão da relação dos indivíduos com os fenômenos que se propõem de maneira *imediata* na experiência humana. (GENRO FILHO, 2012, p. 142)

Essa ideia é importante para a discussão do conceito de verdade no campo, pois, como forma social de conhecimento, o jornalismo faria parte de um diagrama de relações de poder que configuram as condições para que um discurso seja considerado verdadeiro. Segundo essa perspectiva, um discurso seria considerado verdadeiro menos por uma correspondência ao ideal de uma verdade absoluta, e mais por adequação a um regime de verdade, uma série de disputas que se dão a partir das lógicas discursivas, de como são mobilizadas a linguagem e as práticas, sendo “mais verdade” o discurso que cria e/ou melhor se adapta às “regras do jogo”. A verdade aqui como “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 13). Isso porque “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1977, p. 32):

Erro, hipocrisia que consiste em crer que o saber só aparece onde são suspensas as relações de força. Não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber ou sequer ciência que não exprima ou não implique um poder se exercendo. (DELEUZE, 2013, p. 48)

O conceito de poder mobilizado por Foucault, o qual Deleuze comenta, não se caracteriza como necessariamente repressor ou violento, mas por categorias afetivas: incita, suscita, produz. Quando falamos sobre o poder conferido ao jornalismo, muitas vezes seguimos uma percepção na qual ele *detém* poder, e o *impõe* sobre as demais dimensões, como o Estado, o público. Na percepção de Foucault, o poder não é centralizado: as relações de poder “vão a cada instante ‘de um ponto a outro’ no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências” (DELEUZE, 2013, p. 81). A palavra-chave é *relações*: o jornalismo não *impõe* o poder sobre o Estado, o poder *se exerce dinamicamente na relação* entre jornalismo e Estado.

O mesmo valeria para o público. Retomo a relação à qual mais cedo me referi como “jogo mútuo” entre o jornalista e seu público: a crença no discurso jornalístico como verdadeiro não é imposta, pela posse de poder para tanto, pelos jornalistas ou pelas empresas. Partir deste pressuposto seria encarar o público de maneira demasiado passiva, a exemplo de quando, nas pesquisas de caráter funcionalista, este era tido como receptor, o fim de um caminho unilateral que deveria receber uma mensagem tal qual ela fora emitida. Parece mais

plausível que, mais do que obrigada a isso, uma parcela significativa do público tenha, com as construções conceituais ou enunciados próprios de sua formação histórica, ou episteme, se tornado receptiva à ideia da veracidade das afirmações do jornalismo – movimento similar ao do próprio jornalista, que frequentemente acredita, de fato, na veracidade do que ele mesmo produz.

“O que se pode concluir é que cada formação histórica vê e faz ver tudo que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado” (DELEUZE, 2013, p. 68). Entender o discurso e os enunciados passa também por compreender como são possíveis. Deleuze, ao discutir a conceituação que Foucault faz sobre o saber, diz que este seria “um agenciamento prático, um ‘dispositivo’ de enunciados e visibilidades” (DELEUZE, 2013, p. 60). O jornalismo seria uma forma social de conhecimento (saber) na medida em que se propõe a conhecer as coisas, o mundo, mobilizando uma série de enunciados e visibilidades: aquilo que descrevemos, analisamos ou contamos em uma matéria sempre se relaciona com o que é possível de ser dito ou visto (o jornalismo opera dentro dessas regularidades, mesmo que afirme produzir notícias a partir da ruptura do que seria esperado).

Mais do que o que é dito e visto, para Foucault a questão parece ser a determinação do que é visível e enunciável própria de cada formação histórica, as condições de possibilidade segundo as quais arquiteturas, práticas, discursos – esses, e não outros – *viesses a ser*, e as relações de poder que incitam, suscitam e produzem esses discursos. Nietzsche, em sua genealogia dos valores morais, defende a compreensão do *vir-a-ser* como necessária à crítica:

Enunciemo-la, esta *nova exigência*: necessitamos de uma *crítica* dos valores morais, *o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão* - para isto é necessário um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram (...) (NIETZSCHE, 2009, p. 12)

A perspectiva de Foucault (também de Nietzsche) parece interessante se quisermos pensar sobre como a ideia da busca pela verdade (essa, e não outra) *veio a ser* no jornalismo, e como essa existência influencia no que é visível e enunciável tanto sobre sua própria configuração enquanto campo e discurso, quanto sobre as maneiras de ver e fazer ver, maneiras de dizer o mundo que este produz e atualiza.

O que hoje parece natural nos pressupostos que baseiam o processo da produção jornalística é uma construção relativamente recente, principalmente no Brasil. A busca pela verdade como fundamento do jornalismo da forma como ainda se configura atualmente,

relacionada a valores como neutralidade, imparcialidade e objetividade, aparece somente no contexto da modernidade. As normas que constroem, atestam e atualizam tais valores começam a surgir na imprensa ao longo do século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos, com a separação dos jornais do discurso ideológico e dos partidos políticos, mas só vão chegar à imprensa brasileira por volta de 1950, com a implantação das lógicas e técnicas do *lead*, pirâmide invertida, etc. (COSTA, 2005, p. 98). Chalaby, ao discutir o contexto de formação do jornalismo, se opõe aos trabalhos que remontam as origens da prática à antiguidade:

(...) com a possível exceção de Schudson, é a ideia de evolução que prevalece nessas obras. Essa concepção de história da imprensa é também popular entre os jornalistas, que gostam de pensar no jornalismo como uma profissão atemporal⁵. (CHALABY, 1998, p. 65, tradução nossa)

A concepção do jornalismo como atividade que sempre existiu tende a defini-lo como respondendo a uma necessidade que supostamente também sempre existiu: a demanda por informação. Essa perspectiva não auxilia na discussão dos valores constituidores da prática, pois além de essa necessidade por informação ser colocada como algo natural ao ser humano, inquestionável em qualquer lugar do mundo, o conceito do que seria “informação” não é de fato muito discutido. Contrapondo-se a essa perspectiva “evolucionista”, Chalaby argumenta que o jornalismo é um discurso que surgiu na segunda metade do século XIX, diferenciando-o até mesmo do chamado “jornalismo partidário”, o qual ele denomina publicismo⁶, e tenta entender esse novo discurso prestando mais atenção ao que possibilitou seu surgimento (com ênfase nas relações econômicas) do que a valores atemporais e supostamente estáveis.

A análise que Chalaby faz das condições de formação do jornalismo tal qual o conhecemos passa pela análise dos conceitos e normas que o compõem. As normas de produção jornalística não aparecem aqui somente como regras, lista de procedimentos a serem efetuados, “tarefas do dia”, rotina. São crenças inseridas numa visão de mundo, a partir de um campo profissional, técnicas para se alcançar ideais nos quais, frequentemente, de fato se acredita. A ideia de objetividade, e todo seu aparato técnico (estratégias que visam sua operacionalização), faz parte de um discurso que distingue o jornalista, que define a profissão,

⁵ “(...) with the possible exception of Schudson, it is the idea of evolution which prevails in these writings. This conception of the history of the press is also popular with journalists, who like to think of journalism as an ageless profession”.

⁶ Chalaby (1998, p. 9) comenta o anacronismo de analisar o discurso publicista segundo os valores que surgiram na imprensa depois dele, como a imparcialidade, criticando as comparações feitas entre o “jornalismo partidário” e o “informativo”, uma vez que estes seriam discursos distintos, cada qual respondendo a sua própria formação histórica.

que é aprendido na faculdade a cada correção de texto, assim como na redação, pelos jornalistas jovens.

No entanto, a objetividade não é meramente uma norma. É também um ideal porque muitos jornalistas são sinceros em sua tentativa de ser tão objetivos quanto possível; é uma crença porque os jornalistas, apesar de admitirem que não são totalmente objetivos, pensam que podem aperfeiçoar sua objetividade; e, finalmente, é uma reivindicação, uma vez que os jornalistas querem que o público acredite que eles são objetivos⁷. (CHALABY, 1998, p. 133, tradução nossa)

Chalaby argumenta que, entre os principais fatores para o surgimento da objetividade como ideal e norma no jornalismo, estão a necessidade de independência financeira dos jornais não mais vinculados a partidos, a competição por leitores, a busca por uma base de legitimidade (uma vez que se desvincula do campo político) e a relação do jornalismo com a construção política encontrada em diferentes países (CHALABY, 1998, p. 133). Entre estes fatores, o que chama mais a atenção é o da legitimidade:

Uma vez que os jornais divorciaram-se da política partidária, sua legitimidade política deixou de ser fornecida pelo partido político o qual representavam. Assim, os jornalistas tiveram que conceber uma nova fonte de legitimidade, a fim de relatar e comentar sobre uma esfera de atividade da qual eles alegavam ser independentes (...) a objetividade ajudou os jornalistas a manter sua legitimidade de intervir em assuntos políticos.⁸ (CHALABY, 1998, p. 137, tradução nossa)

Podemos aqui questionar o porquê de a ideia de objetividade ser uma das que confere legitimidade social à prática jornalística. O uso deste valor faz sentido se pensarmos na formação histórica em que o jornalismo surgiu: a modernidade, momento em que o pensamento e o saber eram marcados pela racionalidade e pela importância conferida ao discurso científico. A crença na possibilidade de se conhecer a realidade através da razão, muito presente nesse momento, combina com a pretensão do jornalismo, não mais representando os interesses de grupos políticos, de se colocar como alternativa para conhecer o mundo imediato. Este saber seria universal, pois é o que almeja a interpretação “certa” ou “justa”: estaria o mais próximo da realidade quanto possível, o mais próximo da verdade, por não ter os obstáculos de um olhar parcial ou ideológico. Assim, a proximidade com o discurso

⁷ “Yet, objectivity is not merely a norm. It is also an ideal because many journalists are sincere in their attempt to be as objective as they can; it is a belief because journalists, although they admit they are not totally objective, think they can improve in objectivity; and finally it is a claim, as journalists want the audience to believe they are objective.”

⁸ “Once newspapers divorced themselves from partisan politics, their political legitimacy ceased to be provided by the political party they once represented. Thus journalists had to devise a new source of legitimacy in order to report and comment on a sphere of activity from which they claimed to be detached. (...) objectivity helped journalists to maintain their legitimacy to intervene in political matters.”

científico através da apropriação de alguns valores, como a objetividade, confere legitimidade ao jornalismo na medida em que permite sua inserção no considerado verdadeiro: essa aproximação tem a ver com o estatuto de verdade que a ciência, o discurso dominante da epistème moderna, confere.

Podemos perceber as maneiras segundo as quais as práticas jornalísticas mimetizam a ciência. O método de apuração do jornalismo quer se assemelhar ao método científico, e faz uma mimese tanto nas suas premissas quanto em algumas de suas etapas práticas: o distanciamento e a objetividade como técnicas para garantir a neutralidade do conhecimento produzido, para que a presença do sujeito não interfira nos resultados (os “fatos falando por si mesmos”); a centralidade de evidências empíricas verificáveis, ao que o jornalismo se assemelha na medida que aposta na apuração de fatos e fontes e na disciplina de verificação; a busca pela universalidade e o impulso de ordenação do mundo – “No jornalismo, incompletude é sinônimo de defeito” (BORGES, 2013, p. 178). Se a ciência se consolida como o principal lugar de produção de verdades na modernidade, ao se vincular a ela o jornalismo toma emprestada essa legitimidade, que permite mesmo que este se constitua como discurso autônomo.

Ainda que se vincule a ela para se aproximar de um lugar de verdade, o jornalismo não precisa necessariamente ter o estatuto de ciência para se configurar como saber. Segundo a perspectiva de Foucault, aqui lido por Deleuze, o saber não se limita à ciência:

O saber não é a ciência, não é separável desse ou daquele limiar onde ele é tomado: nem da experiência perceptiva, nem dos valores do imaginário, nem das ideias da época ou dos dados da opinião corrente. O saber é a unidade de estrato que se distribui em diferentes limiares, o próprio estrato existindo apenas como *empilhamento* desses limiares sob orientações diversas, das quais a ciência é apenas uma. Há apenas práticas, ou positivities, constitutivas do saber: práticas discursivas de enunciados, práticas não-discursivas de visibilidades. (DELEUZE, 2013, p. 61)

Dizer que jornalismo seria um saber ultrapassa o argumento de método e rigor, vocabulário empregado na ciência, requisitos de sua disciplina. Trata do saber no sentido do que seria visível ou enunciável, das práticas, arquiteturas, afetos a partir dos quais se torna possível ver, dizer, conhecer. É nesse sentido que coexistem nessa relação jornalismo-ciência tanto uma dimensão de mimese quanto de disputa. Ambos reivindicam para si um estatuto de verdade como saber, para tanto mobilizando estratégias e práticas, relacionadas aos lugares de fala e à forma com que se enuncia: em suma, jogam com a autoridade dentro das normas discursivas. “(...) não se está no verdadeiro sem que se obedeça às regras de uma ‘polícia’

discursiva que temos de reactivar em cada um dos seus discursos” (FOUCAULT, 2012, p. 34).

É interessante observarmos o lugar do especialista, da fonte do saber científico, dentro do contexto jornalístico. O jornalismo se utiliza do acadêmico para conferir sua matéria de legitimidade, ao mesmo tempo em que a ciência aparece no jornalismo para atualizar o seu lugar de autoridade. Nessa relação, as trocas se efetuam de forma mais ou menos conflituosa: o cientista reclama da pressa simplificadora do jornalista, o jornalista reclama do cientista a dificuldade de se fazer entender para um público amplo, e rapidamente. Cada qual tem sua especificidade e defende as suas “regras do jogo”, as formas de linguagem, as visões sobre o mundo, as frequências de produção, ao mesmo tempo em que dependem um do outro. A autoridade, ou o poder, vai de um ponto a outro.

A disputa nos requisitos para ser considerado um discurso verdadeiro aparece melhor quando, ao se propor o jornalismo como forma social de conhecimento, algumas perspectivas o colocam num patamar “menor” do que o conferido à ciência - outras o acusam também de ser uma degradação do saber científico⁹. O rebaixamento do jornalismo como forma de conhecimento não é gratuito, nem desinteressado. Assim como não o é a dificuldade do jornalismo em ser transparente quanto aos seus processos, seus erros, suas dificuldades e caminhos: “A resistência em admitir as fragilidades do jornalismo é explicável pelas formas com que ele se consolidou como discurso de autoridade. É um caminho seguido por outros discursos que também necessitam ser críveis, como o religioso, o técnico ou o político” (BORGES, 2013, p. 179). Diz-se que o jornalismo não atende aos critérios do saber científico como forma de dizer que ele não está no verdadeiro, ou ao menos não tanto quanto a própria ciência. O jornalismo, por sua vez, esconde suas fragilidades como forma de se resguardar e de afirmar a validade daquilo que seriam os seus resultados.

A ciência não é o único discurso que o jornalismo mobiliza na construção de si mesmo. A arte, a história, a política, outros também têm papel nessa lógica. Quando foge ao convencional, quando não pode ser definido segundo as estratégias de objetividade, podemos perceber como o jornalismo se vincula à literatura, por exemplo. É cunhado o termo “jornalismo literário” e textos que não cabem na definição padrão de jornalismo tornam-se um discurso diferenciado, que responde a outras tensões, continuando legítimo – de outra forma, ainda necessário – e de alguma forma ainda parte do mesmo gênero. A aproximação da

⁹ “Apesar das críticas que este ponto de vista vem recebendo nos últimos anos, sua influência ainda pode ser constatada em grande parte da produção acadêmica contemporânea sobre o Jornalismo, que de uma forma ou de outra o situa no campo do conhecimento como uma ciência mal feita, quando não como uma atividade perversa e degradante.” (MEDITSCH, 2002, p. 10)

literatura por suas potencialidades narrativas produz uma forma discursiva, e a associação (até nominal) com o que é literário permite lidar com essa forma – que existe, se diz jornalismo, mas que se encontra no limite da concepção tradicional – sem que estas produções estranhas à definição de jornalismo causem uma ruptura: fagocita-se. Não que esta relação seja completamente harmoniosa. Novamente podemos perceber uma disputa: do lado do jornalismo critica-se a subjetividade exacerbada, a menor correspondência com a realidade e questões éticas que decorrem disso; do lado da literatura, as produções jornalísticas são consideradas uma “literatura menor”, ou até mesmo negadas completamente dentro do campo. Chalaby percebe uma relação de disputa também entre o discurso político e o jornalístico:

O que os jornalistas fizeram foi construir uma base representativa ex nihilo que eles usaram para legitimar seu discurso e que, eventualmente, empregaram em uma luta pela legitimidade contra os próprios partidos políticos que costumavam representar. Esta base representativa tornou-se o que os jornalistas chamaram "opinião pública", a qual, no devido tempo, eles afirmaram representar igualmente, se não melhor, do que os políticos.¹⁰ (CHALABY, 1998, p. 137, tradução nossa)

O jornalismo parte de conceitos do discurso político, como o interesse público, os valores democráticos, para se dizer igualmente, se não mais representante, que os próprios políticos. Nos editoriais de jornais pode-se perceber o senso de legitimidade se manifestando: mais do que expressar uma opinião, o jornal se coloca, pelo próprio ato de tomar a palavra, no lugar de quem tem o direito de dizer quais seriam os rumos acertados para o país, por exemplo (GUERREIRO NETO, 2013). A ideia de “quarto poder” mostra como o jornalista se firmou como um representante não eleito do público, uma vez que, além de relatar acontecimentos e cobrar do governo as suas atribuições, toma parte nas próprias decisões que este faz, seja pela crítica direta dos assuntos, seja pela interdição de quem pode ou não falar sobre eles.

Assim como me referi anteriormente à relação de interdependência e disputa entre as fontes do saber científico e os jornalistas, isso é ainda mais perceptível quando se trata dos políticos. Repórteres e colunistas de política estão constantemente em uma relação em que precisam fazer frente aos políticos, ao mesmo tempo em que dependem deles para conseguir as informações com exclusividade. Os políticos, por sua vez, dependem do jornalismo como forma de visibilidade e atualização de sua autoridade. O poder e legitimidade de fala aqui não

¹⁰ “What journalists did was to construct a representative basis ex nihilo which they used to legitimate their discourse and which eventually they employed in a struggle for legitimacy against the very political parties they once represented. This representative basis became what journalists called ‘public opinion’, which, in due course, they claimed to represent equally, if not better, than politicians.”

está mais no jornalismo ou mais no Estado. Ele se exerce dependendo da situação, favorecendo ora um, ora outro.

Se, com seu surgimento na modernidade, o jornalismo se vinculou à política, à ciência, à literatura, como forma de estabelecer legitimidade social, hoje ele parece firmado em valores próprios, ainda que estes possam ter sido apropriados de outros campos. Em processo de disputa, ao mesmo tempo que de mimese, o jornalismo constrói seu lugar no mundo, ao demarcar diferenças, estabelecer objetos e finalidades distintos, criar sua relevância na sociedade. O discurso jornalístico se apropria de características e valores de outros campos, ora pelas vantagens práticas que propiciam, ora pela legitimidade que conferem, e persegue a autonomia de se dizer um campo diferente – definir a sua especificidade. A maior profissionalização, com criação de cursos de formação e deontologias próprias, além de pesquisas sobre o jornalismo especificamente, não no escopo mais amplo da comunicação, podem ser elementos desse processo.

Uma das características mais próprias do jornalismo, que o diferencia dos demais campos, é a relação com a atualidade. A frequência de produção da atividade é maior do que a da ciência ou da literatura, por exemplo, pois ela tenta dar conta dos acontecimentos diários (ou da semana, do mês). Para o jornalismo, o que importa é o tempo presente, seja o que acontece agora, seja o que pode acontecer no futuro e que afeta como vemos o presente, ou o que aconteceu no passado que pode ser revisto, inserido no presente, atualizado. Considero aqui a forma como pensamos a atualidade no jornalismo porque, mais do que critério de seleção de notícias, o tempo faz parte da constituição da atividade, é um elemento estruturante. A forma como se vive o tempo afeta a forma como se consume e faz o jornalismo, e a forma como se consume e faz o jornalismo também afeta as maneiras de se viver o tempo.

O tempo, para o jornalismo, é o da efemeridade, é o que passa rápido, o presente, o atual. Os jornalistas criam sentidos sobre o mundo, o conhecem diariamente, baseados na “verdade dos fatos”: algo que só é verdade por um período curto de tempo, até que o contexto seja outro, que o fato mude, até que os acontecimentos tomem outro rumo. Se pensarmos a partir de Harvey, o jornalismo parece um discurso bem adaptado à contemporaneidade:

Se é impossível falar alguma coisa da solidez e da permanência em meio a este mundo efêmero e fragmentado, por que não entrar no jogo [de linguagem]? Tudo, da escritura de romances e do filosofar à experiência de trabalhar ou construir um lar, tem de enfrentar o desafio do tempo de giro em aceleração e do rápido cancelamento de valores tradicionais e historicamente adquiridos. Nessa circunstância, o contrato temporário inerente a tudo se

torna, como observa Lyotard (...), a marca da vida pós-moderna (HARVEY, 1992, p. 263)

Os jornalistas buscam a verdade como uma norma ética e um ideal, segundo a crença de que pode-se estar tanto quanto possível em correspondência com a realidade. Mas é uma verdade provisória, ou um “contrato temporário”: são verdades de curto prazo. A efemeridade, menos do que um empecilho, seria exatamente a força e distinção do jornalismo. A atividade não tem uma pretensão de produzir algo que dure mais tempo, uma teoria que explique o mundo de forma satisfatória e que seja ensinada nas escolas. Não há uma linearidade, não se quer construir progressivamente um saber que seja estável, que tenha um motivo específico. Em vez disso parece ser um retrabalho, uma colagem diária daquilo que imediatamente *é*. Se na pós-modernidade é difícil falar em solidez, acreditar em algo por muito tempo em meio à fragmentação, faz sentido que o público ainda busque no jornalismo, que não tenta necessariamente responder a essas questões, fragmentos que o possibilitem conhecer ou entender o que está à volta.

Ao buscar a razão de ser do jornalismo na contemporaneidade, com a perda do monopólio dos meios de produção e circulação de informação que o caracterizavam, se fortalece no campo a ideia de que o jornalista seria aquele que tem por tarefa selecionar o que é importante no dia, aquilo que uma pessoa deveria consumir para estar a par do mundo e informada. O que explica pouco, pois o que é importante é relativo, cada pessoa tendo interesses e prioridades diferentes da outra. O jornalista deveria conseguir discernir o que é universalmente importante, mas o que é importante passa por valores como interesse público e democracia, que não são muito bem definidos. Em um contexto em que o fluxo de informação é intenso e ininterrupto, para não dizer virtualmente infinito, talvez seja plausível dizer que o jornalismo não mais define o que é importante, destacando de todo esse universo aquilo que *deve* ser lido, mas que define o que, disso tudo, deveria ser lido *primeiro*. Não em termos de importância, mas de *urgência*. Essa distinção tira do jornalista o papel de missionário, no qual este decide o que os outros deveriam saber, e o coloca no papel de quem percebe o que aparece como mais premente. Poderíamos dizer que esta característica ainda confere poder. Mas, se o jornalismo nomeia o que é urgente, as coisas também se dão à urgência. A escolha do jornalista passa por uma série de relações com outros agentes, pelo que é visível ou enunciável, por condições de possibilidade de que algo seja considerado urgente.

Assim como o estatuto de verdade se dá menos baseado na correspondência à “verdade absoluta”, e mais em uma adequação à *forma* que se definiu que a verdade deveria ter, o jornalismo não define o que é importante, mas, a partir da forma, o que é mais urgente em um contexto em que tudo parece urgente. A legitimidade ou força do discurso, seu saber-poder, parece vir hoje da relação entre esses dois focos: a capacidade de se inserir na forma do que é considerado verdadeiro, no tempo que é considerado necessário.

2 - VERDADE, NOSTALGIA DO CLÁSSICO

Segundo o que argumentei até aqui, o jornalismo surge no século XIX como discurso da epistême moderna que mimetiza outros, como a ciência ou a literatura, na construção de si mesmo, e disputa com eles legitimidade social e lugar de produção de verdades. Cabe agora questionar mais profundamente o que significa interpretar o jornalismo como um discurso constituído na modernidade: é preciso levar em conta as características dessa formação histórica, as condições de possibilidade do pensamento nesse período, para entender como e segundo que fundamentos o jornalismo, e a ideia de verdade nesse, veio a ser.

A forma como pensamos e conhecemos não é um dado estável através do tempo e em todo lugar, mudando somente *aquilo sobre o que* pensamos, ou conhecemos: ela faz parte das próprias condições para que um objeto, uma questão, sejam possíveis de serem pensados. Se Chalaby (1998) critica o anacronismo de julgar o jornalismo “partidário” segundo valores do jornalismo “informativo” é porque, quando a imprensa e os grupos políticos constituíam essa relação, os valores de imparcialidade e neutralidade talvez nem fizessem sentido – talvez essa não fosse nem uma questão à época. Conhecemos o que nos é visível e enunciável. O jornalismo, como forma de conhecimento, não só constitui aquilo que para nós é possível de se pensar, como é constituído também por essa possibilidade.

Trata-se de considerar as regras que tornaram possível o aparecimento e transformação dos conceitos, isto é, a organização do campo discursivo em que se encontram os conceitos analisados, em um nível mais elementar do que o dos próprios conceitos, e que Foucault chama de “pré-conceitual” (...) (MACHADO, 1981, p. 164)

Não se trata, então, de discutir o conceito de verdade ou de realidade por si só, como se estes pairassem acima de todo o resto, sem história e fora das relações de poder. Quando estabelece a verdade como horizonte, o jornalismo parece falar menos de alcançar de fato a verdade absoluta, e mais de inserir o saber que produz no que seria verdadeiro, condição que é determinada pelo pensamento presente em diferentes épocas: o saber do renascimento não é o mesmo da idade clássica, que por sua vez difere daquele da idade moderna; variam as condições de validação destes saberes, as relações de poder que se estabelecem.

Esse *a priori* é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro. (FOUCAULT, 2007, p. 219)

Não por acaso, quando entramos em contato com saberes de formações históricas anteriores, temos a impressão de que estes seriam inocentes, ou simplesmente errados, nos parecendo incompreensível que alguém pudesse pensar desta forma. Foucault, ao analisar a passagem do pensamento clássico para o moderno, comenta que, quando fundamentos vão sendo “abolidos” para dar lugar a outros, começa a ficar difícil “(...) reencontrar a maneira como esse conjunto pôde funcionar”, e que então a forma clássica de pensar cessa “de nos ser diretamente acessível” (FOUCAULT, 2007, p. 418). Como conhecemos a partir do que é visível e enunciável agora, analisar a constituição do discurso jornalístico na modernidade requer considerar as condições para o pensar da época – o que talvez não nos seja tão inacessível, uma vez que este seria um pensamento do qual “não saímos inteiramente” (FOUCAULT, 2007, p. 302).

Em “As palavras e as coisas”, refletindo sobre as questões que constituem o saber das ciências humanas, Foucault discute três momentos: o renascimento, a idade clássica e a idade moderna. Analisa, com essa distinção, algo anterior ao próprio saber, aquilo a partir do que o saber seria possível. No renascimento, século XVI, a chave para o conhecer estaria na *interpretação*: a lógica seria a de fazer tudo falar, encontrar o saber que está nas coisas, invisível, a partir da interpretação daquilo que está assinalado nelas, e que permite que este saber seja decifrado. O mundo tem marcações, e a busca se dá pela semelhança nelas: “O saber das similitudes funda-se na súpula de suas assinalações e na sua decifração” (FOUCAULT, 2007, p. 36). Assim, o saber se dá através do parentesco, entre coisas que se aproximam pela semelhança:

Há simpatia entre o acônito e os olhos. Essa afinidade imprevista permaneceria na sombra se não houvesse sobre a planta uma assinalação, uma marca e como que uma palavra dizendo que ela é boa para a doença dos olhos. Esse signo é perfeitamente legível em suas sementes: são pequenos glóbulos escuros engastados em películas brancas, que figuram aproximadamente o que as pálpebras são para os olhos. (FOUCAULT, 2007, p. 37)

A linguagem não aparece aqui como um sistema arbitrário, mas como parte integrante do mundo, pois ao mesmo tempo em que as coisas manifestam seu enigma através de signos, as próprias palavras se propõem como coisas a se decifrar. A análise dos textos então se dá segundo a tarefa do comentário, a de restituir um discurso primeiro: busca das marcas com as quais se pode decifrar, a partir da superfície, o que está oculto sob o texto, o que ele quer dizer. Tarefa infinita, exegese que se afirma na promessa de um texto que um dia a

interpretação irá revelar por inteiro, com o qual o comentário se assemelha, sem poder enunciá-lo. “Saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem” (FOUCAULT, 2007, p. 55).

Na idade clássica, o campo do saber assume uma nova configuração: conhecer não mais se firma na interpretação, mas na *representação*. A linguagem deixa de residir ao lado do mundo, em meio às plantas, ervas, pedras e animais - as coisas e as palavras se separam: “Nos séculos XVII e XVIII, a existência própria da linguagem, sua velha solidez de coisa inscrita no mundo foram dissolvidas no funcionamento da representação; toda linguagem valia como discurso.” (FOUCAULT, 2007, p. 60). O discurso tem então por tarefa dizer o que é, mas este não é nada mais do que o que ele diz (FOUCAULT, 2007, p. 60).

A lógica não é mais a de aproximar pela semelhança, mas de *discernir* através da disposição em quadros ordenados das identidades e das diferenças. A busca se dá pela diferença, pela representação distinta das coisas que permita definir seu lugar, e a passagem de um elemento a outro, na série. A classificação permite um conhecimento certo, diferente daquele da semelhança, pois este, com o estabelecimento de similitudes, só poderia tornar-se cada vez mais provável. A ordenação pela identidade e diferença permite um conhecimento certo, mas também contínuo, uma vez que sempre se pode explicar mais coisas, desdobrando continuamente os quadros de representação:

O que define esse solo, o que constitui esta grande família de enunciados ditos clássicos, funcionalmente, é esta operação de desenvolvimento ao infinito, de formação de *continuum*s, de desdobramento de quadros: desdobrar, sempre desdobrar - “explicar”. (DELEUZE, 2013, p. 134)

A colocação em ordem por meio dos signos constitui os saberes empíricos no pensamento clássico. Os signos representam a um só tempo o objeto e a própria representação. Não se interroga mais o que está oculto no discurso, o Texto primeiro que nos caberia decifrar, mas sim como ele funciona, que representações designa e como assegura seu lugar de representação. Não se analisa mais a linguagem através do comentário, mas da crítica. O discurso se volta à *nomeação*:

A tarefa fundamental do ‘discurso’ clássico consiste em *atribuir um nome às coisas e com esse nome nomear o seu ser*. Durante dois séculos, o discurso ocidental foi o lugar da ontologia. Quando ele nomeava o ser de toda representação em geral, era filosofia: teoria do conhecimento e análise das ideias. Quando atribuía a cada coisa representada o nome que convinha e, sobre todo o campo da representação, dispunha a rede de uma língua bem-feita, era ciência - nomenclatura e taxinomia. (FOUCAULT, 2007, p. 169)

Mas, na modernidade, nomear ou representar deixa de ser suficiente para formar um conhecimento. Isso porque surge uma figura que, segundo Foucault, antes desse momento não existia: a figura do homem. Passa a não ser mais possível então conceber o ser das coisas como uma extensão da representação que formamos delas – essa autorreferência da representação é substituída por uma investigação que tem por base limites externos à própria representação:

Diferentemente de quando conhecer era representar, já não se pode conhecer tudo: Deus, a alma, a totalidade do mundo. O conhecimento é limitado. Os limites do conhecimento humano - porque o homem só pode conhecer o que é sensível - fundam agora a possibilidade do saber. (MACHADO, 2005, p. 94)

O homem assume nesse momento a posição ambígua de objeto de saber e de sujeito que conhece. A ordem dá lugar à história como condição de possibilidade do pensamento, aquilo a partir do que as empiricidades são afirmadas, dispostas ao saber. A linguagem é destacada do jogo da representação e reconhecida em seu próprio ser: a análise moderna não vai descobrir o texto primeiro, aquilo que está oculto sob a linguagem, mas desvendar a linguagem em seu ser bruto, descobrir que somos, “antes da mais íntima de nossas palavras, já dominados e perpassados pela linguagem” (FOUCAULT, 2007, p. 413).

A existência do homem leva a uma reflexão antropológica, e os domínios empíricos se ligam a reflexões sobre o ser humano, a subjetividade e a finitude, na articulação com campos que dizem respeito ao homem: vida, trabalho, linguagem. Essa articulação, ao mesmo tempo que constitui as condições de possibilidade do saber, é também questionamento dessas mesmas condições:

De sorte que o pensamento moderno se contestará nos seus próprios arrojos metafísicos e mostrará que as reflexões sobre a vida, o trabalho e a linguagem, na medida em que valem como analíticas da finitude, manifestam o fim da metafísica: a filosofia da vida denuncia a metafísica como véu de ilusão, a do trabalho a denuncia como pensamento alienado e ideologia, a da linguagem, como episódio cultural. (FOUCAULT, 2007, p. 437)

O homem é uma coisa entre as coisas, mas também ponto de confluência de análises dos campos transcendentais com que ele se articula, mas que sempre lhe escapam: um duplo empírico-transcendental. Enquanto na idade clássica havia um *desdobramento* contínuo dos quadros de representação e do que era possível de se conhecer, na modernidade ocorre uma *dobra*, em que num primeiro momento o homem se choca com a finitude enquanto força externa – nos campos da vida, do trabalho e da linguagem, uma vez que se analisam as

condições de possibilidade desses conhecimentos, que passa pelo próprio homem –, para depois passar a vê-las como sua própria finitude:

Em todos os campos, é a *dobra* que domina agora, seguindo a terminologia de Foucault, o segundo aspecto do pensamento operatório que se encarna na formação do século XIX. As forças do homem se rebatem ou se dobram sobre esta nova dimensão de finitude em profundidade, que se torna então a finitude do próprio homem. (DELEUZE, 2013, p. 137)

A evidência não-questionada da representação não basta enquanto forma de conhecimento, pois há o reconhecimento de que a representação só se faz possível a partir de campos que têm, eles próprios, condições de possibilidade, finitude. Dos três campos, o que mais nos interessa aqui é o da linguagem, uma vez que a verdade no jornalismo se dá e discute a partir da perspectiva do discurso. Se na idade clássica a linguagem tinha grande relevância para o conhecer, pois este passava *necessariamente* por ela, sendo conhecer representar, na modernidade essa relação muda: a linguagem perde “sua transparência e sua função principal no domínio do saber” (FOUCAULT, 2007, p. 409).

Ela é então reduzida ao estatuto de objeto, de coisa analisada. Esse nivelamento é compensado de três formas (FOUCAULT, 2007, p. 408): com o fato da linguagem enquanto mediação necessária a todo conhecimento científico que pretende se manifestar como discurso; com o valor crítico conferido ao estudo da linguagem, o retorno da exegese e as relações entre interpretação e formalização; e com a literatura enquanto contestação da filologia, intransitividade radical que afirma sua existência abrupta através do ato de escrever. Foucault analisa essas compensações como uma fragmentação. A linguagem teria perdido, com a separação da representação, a unidade da gramática geral, aparecendo então segundo modos de ser múltiplos:

Destacada da representação, a linguagem doravante não mais existe, e até hoje ainda, senão de um modo disperso: para os filólogos, as palavras são como tantos objetos constituídos e depositados pela história; para os que querem formalizar, a linguagem deve despojar-se de seu conteúdo concreto e só deixar aparecer as formas universalmente válidas do discurso; se se quer interpretar, então as palavras tornam-se texto a ser fraturado para que se possa ver emergir, em plena luz, esse outro sentido que ocultam; ocorre enfim à linguagem surgir por si mesma num ato de escrever que não designa mais que ele próprio. (FOUCAULT, 2007, p. 419)

Dessa dispersão, uma perspectiva parece especialmente familiar ao jornalismo, aquela voltada à linguagem enquanto mediação do conhecimento científico. A relação entre jornalismo e ciência, discutida no capítulo anterior, pode nos fornecer indícios aqui que ajudem a entender como o discurso jornalístico foi constituído na modernidade, e como a

ideia de busca pela verdade como horizonte ético faria sentido no pensamento moderno. A perspectiva da linguagem como mediação necessária ao conhecimento científico parte da percepção de que, ainda que esta seja analisada enquanto objeto por uma ciência, sempre ressurgirá do lado do sujeito que conhece:

(...) desde que se trate, para ele, de enunciar o que sabe. Daí duas preocupações que foram constantes no século XIX. Uma consiste em querer neutralizar e como que polir a linguagem científica, a tal ponto que, desarmada de toda singularidade própria, purificada de seus acidentes e de suas impropriedades - como se não pertencessem à sua essência -, pudesse tornar-se o reflexo exato, o duplo meticuloso, o espelho sem nebulosidade de um conhecimento que, esse, não é verbal. É o sonho positivista de uma linguagem que se mantivesse ao nível do que se sabe: uma linguagem-quadro (...) (FOUCAULT, 2007, p. 410)

Mas, diferentemente da idade clássica, uma linguagem-quadro não apareceria aqui na lógica da representação: “desprendida dessa trama que lhe dá um papel imediatamente classificador, mantém-se a certa distância da natureza, para cativá-la por sua própria docilidade e recolher finalmente seu retrato fiel” (FOUCAULT, 2007, p. 411).

O jornalismo parece, pelo menos em parte, seguir essa lógica: não nos é estranha a tentativa de neutralizar a linguagem, desarmá-la de toda singularidade, para que possa se tornar o espelho sem nebulosidade de um conhecimento que, para o jornalismo, é a realidade que ele *retrata*, o mais fielmente possível. A objetividade, imparcialidade e neutralidade aqui fazem sentido, juntamente com o reconhecimento da impossibilidade final desses valores. Seria uma tentativa de se lidar com uma ruptura, essa da linguagem e da representação, que não permite mais dizer, nomear, sem que haja uma análise das condições de possibilidade de se nomear, e conseqüente percepção de que não seria possível essa nomeação da mesma forma que se dava antes, como evidência não questionada da realidade.

Embora tenha se constituído na idade moderna, há no jornalismo algo como uma *nostalgia do clássico*. Na modernidade, não parece mais possível nomear o real sem pensar as condições de possibilidade dessa nomeação. Apesar disso, em algumas áreas a linguagem “sempre ressurgirá do lado do sujeito que conhece”, ou seja, persiste a vontade de que este dizer fosse possível. Há assim duas dimensões de jornalismo coexistindo em conflito: aquela tradicional, clássica, que se firma ainda na *representação* da realidade pela linguagem, e aquela que se deixa afetar pelos questionamentos típicos da modernidade, de impossibilidades impostas por limitações do homem. Que a “verdade jornalística” seja, a um só tempo, prática e ideal, faz sentido precisamente nessas dimensões. Enquanto na prática se reconhece a

impossibilidade de se chegar a uma verdade por conta das limitações do homem, a vontade de que isso fosse possível é colocada como horizonte ideal e orientação ética.

Todos desejariam associar a verdade a uma celebração da unidade, entender-se quanto a uma verdade no singular 'não só na sua definição formal, mas nos seus resultados'. Todos gostariam que a verdade fosse uma, capaz de reunir os homens, deixando à mentira a tarefa de os dispersar e enfrentar. Se a procura da verdade se dá como tarefa em numerosas atividades humanas, incluindo o jornalismo de informação, a unidade da verdade só se coloca no horizonte da procura, como uma longínqua recompensa (CORNU, 1994, p. 321)

Quando é destacada da representação, a linguagem perde uma unidade, da gramática geral. Conhecer, na idade clássica, era se aproximar da linguagem, nomear, estabelecer através de signos a identidade e a diferença, ordenar, explicar – era possível um conhecimento certo. Com a modernidade surge uma série de questões no que antes era uma relação direta entre representar e conhecer. É questionada a possibilidade de se dizer algo a partir do homem, levando em consideração todas as coisas que compõem o homem.

A subjetividade, para o jornalismo, se apresenta como um problema. Problema este que se manifesta na percepção, aliás bem moderna, de que a linguagem nos domina, nos perpassa, antes mesmo da mais íntima de nossas palavras: tudo aquilo que afirmamos no jornalismo está constrangido pela possibilidade do dizer a partir do homem, pelas palavras que nos são possíveis, pela história que essas palavras carregam. Menos do que a busca por “aquilo que aconteceu” enquanto fato concreto, a busca pela verdade parece ser a busca por poder dizer “aquilo que aconteceu” sem ser atravessado e como que atrapalhado pela linguagem e a subjetividade de onde ela é enunciada.

“A grande tarefa a que se votou Mallarmé, e até a morte, é a que nos domina agora; no seu balbucio, envolve todos os nossos esforços de hoje para reconduzir à coação de uma unidade talvez impossível o ser fragmentado da linguagem” (FOUCAULT, 2007, p. 420). Assim faz sentido o que Cornu fala, sobre uma “celebração da unidade”. A busca da verdade como horizonte no jornalismo parece passar por essa tentativa de recuperar uma unidade da linguagem, contra a fragmentação que hoje nos constringe e impõe incertezas, o “um passo à frente, dois atrás”, que é o que a constante análise do ser da linguagem nos permite, da impossibilidade de se nomear, dizer o que é, sem imediatamente se questionar sobre quem diz.

A todos os que pretendem ainda falar do homem, de seu reino ou de sua liberação, a todos os que formulam ainda questões sobre o que é o homem em sua essência, a todos os que pretendem partir dele para ter acesso à verdade, a todos os que, em contrapartida, reconduzem todo conhecimento às verdades

do próprio homem, a todos os que não querem formalizar sem antropologizar, que não querem mitologizar sem desmistificar, que não querem pensar sem imediatamente pensar que é o homem quem pensa, a todas essas formas de reflexão canhestras e distorcidas, só se pode opor um riso filosófico - isto é, de certo modo, silencioso. (FOUCAULT, 2007, p. 473)

A subjetividade, ou o próprio ser do homem, uma vez reconhecido, aparece como limitação ao jornalismo. Talvez seja interessante retomar, com outros olhos (e talvez algum nível de subversão) o questionamento de Adelmo Genro Filho (2012):

A maioria dos autores reconhece que a objetividade plena é impossível no jornalismo, mas admite isso como uma limitação, um sinal da impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade. (GENRO FILHO, 2012, p.194)

Talvez, mais do que perceber a potência subjetiva do homem, nos coubesse questionar a partir daquilo que Foucault chama de “sono antropológico” e, analisando o homem enquanto não mais que um dispositivo da epistème moderna, considerar as possibilidades de pensar o jornalismo em um momento em que esse dispositivo “se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia” (FOUCAULT, 2007, p. 536).

3 - JORNALISMO COMO DISPOSITIVO

Em um conhecido debate com Noam Chomsky, em 1971, ao discutir sobre a natureza humana, Foucault explica os motivos pelos quais critica noções como a de criatividade, que colocam no indivíduo – como Newton, ou Mendel – o crédito de criador ou descobridor de uma verdade que estava inscrita no mundo ou nas coisas, mas que ninguém havia descoberto até então. Ele baseia a crítica na ideia de que a verdade não seria adquirida a partir de um desenvolvimento contínuo ou acumulado, como um melhoramento progressivo do conhecimento, mas como um jogo de grades que ora escondem, ora fazem aparecer certos objetos e questões.

Foucault diz então que uma grande transformação científica não é somente a superação de obstáculos ou obscuridades, mas como se fosse aplicada uma nova grade (*grille*), que ao mesmo tempo faz aparecer fenômenos até então “escondidos” e suprime um certo número de saberes ou conhecimento existentes (Debate: Noam Chomsky & Michel Foucault - sobre a natureza humana, 1971). Segundo esta perspectiva, dizer que a forma como pensamos algo mudou por conta de um fator somente, como uma descoberta efetuada por um indivíduo, não é suficiente. O que se coloca em questão são as condições de possibilidade para que mesmo essa “descoberta” fosse possível: como se configuram e aparecem as questões que são propostas e os objetos que se fazem visíveis.

No jornalismo, a cada mudança de tecnologia – do jornal para o rádio, do rádio para a televisão, da televisão para a internet e assim por diante – efetuamos um certo tipo de análise: a televisão (como antes o rádio, como depois a internet) mudou tudo; e então rastreamos os efeitos dessa descoberta na prática jornalística, os obstáculos superados e as potencialidades desvendadas por ela, como em um processo evolutivo natural. Mas há uma outra forma de análise possível. Podemos nos concentrar em pensar que a própria televisão foi um invento possível por uma determinada contingência histórica, que o seu uso para o jornalismo também depende de certos fatores, em suma, que a televisão (ou outra técnica), o que ela veio a ser para o jornalismo, e o que o jornalismo veio a ser por conta disso, dependem do que é possível de se ver e dizer nessa formação histórica.

Lançando um olhar às análises do momento pelo qual o jornalismo passa hoje, de ruptura ou crise, vemos em grande parte essa leitura superficial que diz: a internet mudou tudo; o formato agora é outro, e há uma dificuldade, inerente a este novo meio, de conseguir o financiamento necessário à operação da máquina jornalística. Talvez seja o caso de pensar que a internet não é, necessariamente, a “responsável” por toda a mudança, e que a questão do

financiamento tampouco é, necessariamente, a causa da crise pela qual o jornalismo passa hoje. Podemos nos perguntar, por exemplo: que tipo de pensamento permite o surgimento de um meio como a *web* que, embora imerso em uma formação capitalista, e ainda que seja em boa parte capturado por ela, se mantém como um ambiente que desafia certo tipo de hierarquia, de ordem, de propriedade? Que características do jornalismo como que dificultam sua adaptação a esse meio e forma de pensar? Temos que considerar não só o financiamento, a empresa, o emprego, mas outros elementos que sustentam o jornalismo como ele é e os problemas que este enfrenta, em uma perspectiva que envolve (mas não se limita a) uma análise financeira ou econômica.

Aproprio-me aqui da imagem de Foucault, a de grades que se sobrepõem, para propor a possibilidade de que, na passagem do pensamento moderno para o contemporâneo, na sobreposição de uma grade por outra, uma série de questões surgem enquanto outras são suprimidas, uma série de objetos se fazem visíveis enquanto outros deixam de fazer sentido (sem que haja uma substituição imediata, mas também a coexistência e disputa). Tais disposições afetam o jornalismo em sua própria configuração, uma vez que este se faz a partir do que é visível e enunciável em certa formação histórica, e quando estes mudam, precisa se adequar a outras lógicas, mobilizar outras estratégias que permitam a ele nelas se inserir, ter sua função reconhecida, sua legitimidade assegurada. A análise com base na ideia de *dispositivos* nos permite perceber o agenciamento prático de formas discursivas e não-discursivas, enunciados e visibilidades, justamente essas estratégias que constituem o jornalismo - a decadência de uns, permanência ou ascensão de outros. Apesar de importante para seu pensamento, o conceito de dispositivo é pouco definido no trabalho de Foucault, com aproximações de definição feitas principalmente em entrevistas:

Aquilo que procuro individualizar com este nome é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 299)

Deleuze (1996), na leitura do conceito foucaultiano, descreve o dispositivo como um conjunto multilinear, um emaranhado de *linhas* de naturezas diferentes. As primeiras duas dimensões seriam as linhas de visibilidade e enunciação (ou curvas, entendidas enquanto regularidades de pontos singulares). Os dispositivos seriam “máquinas de fazer ver e de fazer

falar” (DELEUZE, 1996), cada dispositivo tendo portanto seu próprio regime de luz e de enunciado. A terceira dimensão que um dispositivo comporta seria a das linhas de força, linhas que vão de um ponto a outro, estabelecendo “o vaivém entre o ver e o dizer” (DELEUZE, 1996). Seria a “dimensão do poder”, linha composta com o saber – ambos indissociáveis, embora heterogêneos.

Se Foucault analisa as relações de saber através de formas estratificadas e do arquivo, e as relações de poder através de pontos em um diagrama de forças, é no dispositivo que estes parecem se relacionar, se efetuar propriamente. Talvez por isso o conceito seja de difícil delimitação e aplicação, pois refere-se à relação sempre mutável e móvel de forças, linhas que não se limitam a compor o dispositivo, mas que o atravessam e o arrastam, criando-o ao mesmo tempo que por ele são afetadas. Deleuze utiliza a imagem de linhas que se emaranham e se bifurcam e se submetem a derivações como que para mostrar que essas linhas não cercam ou delimitam sistemas homogêneos, e que “por isso, as três grandes instâncias que Foucault vai sucessivamente distinguir, Saber, Poder e Subjectividade, não possuem contornos definidos de uma vez por todas; são antes cadeias de variáveis que se destacam uma das outras” (DELEUZE, 1996).

A última dimensão, das linhas de subjetivação, nasce da necessidade de uma linha de fuga das dimensões acima citadas, “nasce de uma crise no pensamento de Foucault, como se lhe fosse necessário alterar o mapa dos dispositivos, encontrar-lhes uma nova orientação possível, para não deixar encerrar-se simplesmente nas linhas de força intransponíveis que impõem contornos definitivos” (DELEUZE, 1996). Sem as linhas de subjetivação, as demais se efetuariam indefinidamente na sedimentação dessas relações, enquanto com a introdução daquelas há a possibilidade de fissura: “podemos perguntar se as linhas de subjectivação não são o extremo limite de um dispositivo, e se não esboçam elas a passagem de um dispositivo a um outro: neste sentido, elas predispõem as ‘linhas de fractura’” (DELEUZE, 1996).

O dispositivo, assim formado, teria uma função estratégica, sendo uma manipulação de forças, “uma espécie – por assim dizer – de formação que num certo momento histórico teve como função essencial responder a uma urgência” (FOUCAULT, 1979, p. 244):

(...) Disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica. o que supõe que trata-se no caso de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc. (FOUCAULT, 1979, p. 246)

A partir destas descrições podemos tentar mobilizar o conceito na análise dos elementos que, em cada momento histórico, sustentam e configuram o jornalismo e que, dependendo das condições de possibilidade, se fazem visíveis, são suprimidos, se dão em relação com um diagrama de poder e certa configuração de saber. Há, claro, inúmeras dificuldades na utilização deste conceito: não sabemos propriamente como Foucault pensava o dispositivo e como podemos pensá-lo no jornalismo, não sabemos que peso se pode dar ao dispositivo em diferentes grupos sociais – se afetam mais uns que outros – pra não dizer a possível limitação desta análise ao pensamento ocidental e às diferentes configurações que os preceitos deste tomaram em diferentes países. Apesar destes poréns, o conceito parece potente, se não para construir uma teoria, para divisar caminhos que sejam uma linha de fuga das análises correntes (sustentadas por valores, conceitos e ideais pré-estabelecidos), caminhos que, ao criar novamente uma distância entre o que se percebe e o que se estabelece como teoria, possibilitem um “espaço em branco”, ruptura que leve ao surgimento de novas questões e análises.

A proposta que delineio aqui é a de se pensar o jornalismo enquanto dispositivo, que responde à urgência de cada tempo histórico, formado por linhas de visibilidade, enunciação e forças, e que suas linhas de subjetivação seriam, potencialmente, aquilo que opera fissuras e brechas na configuração e sedimentação que ele hoje apresenta, ora sendo solapadas pelas forças em ação, ora se dando como brechas que fissuram o próprio dispositivo e possibilitam algo novo.

É um estudo que tem muitas misturas para desvendar: produções de subjectividade que saem dos poderes e dos saberes de um dispositivo para se reinvestir noutra, sob outras formas que hão-de nascer. Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjectivação, linhas de brecha, de fissura, de fractura, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar uma nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamentos. (DELEUZE, 1996)

Pensar a partir do dispositivo tem pelo menos duas consequências que são, para mim, importantes. A primeira é o repúdio dos universais: “o universal nada explica, é ele que deve ser explicado” (DELEUZE, 1996). Assim, não analisaríamos o jornalismo a partir de valores supostamente universais, como interesse público, democracia, informação, identidade, mas de suas historicidades enquanto ideias/discursos e sua operação no dispositivo jornalístico. “O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objecto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objectivação, de subjectivação imanentes a dado dispositivo” (DELEUZE, 1996).

A segunda consequência possível é a mudança de orientação que se desvie do Eterno para apreender o novo. Entendido na perspectiva de Foucault, o “novo” não diz respeito à originalidade de um enunciado (que seria um critério pouco pertinente), mas à ideia do que é novo enquanto *regularidade* dos enunciados: mais do que a novidade do enunciado em si mesmo, o que conta é a novidade do regime de enunciados (que pode, inclusive, compreender enunciados contraditórios). Essa perspectiva afeta a discussão que faço aqui pois, se pensarmos o jornalismo como não mais respondendo ao eterno de uma necessidade ou função que o constitui e justifica, mas sim inserido em sua contingência histórica segundo linhas e forças variáveis, podemos melhor analisar aquilo que de “novo” aparece a partir das fissuras, das variações ou mutações de agenciamento – o jornalismo enquanto constante e coletiva criação – sem que ele tenha que ser constantemente remetido a uma causa, a uma origem perdida no tempo.

Podemos, com essas perspectivas, olhar novamente o jornalismo em sua contingência histórica e sua relação com demais elementos da sociedade, percebendo variados elementos que se relacionam em sua constituição. Levando-se em consideração a motivação deste trabalho, de considerar as potencialidades dos conceitos de Foucault para pensar a ideia de verdade no jornalismo, exponho aqui alguns elementos que, embora não cheguem nem perto de esgotar a análise possível, oferecem indícios de que a análise do dispositivo seria um caminho em potencial para se entender como a força da vontade de verdade, de se dizer e ser tido como verdadeiro, se relaciona e afeta outras forças e linhas de visibilidade e enunciação que constituem o jornalismo - o começo de um trabalho cartográfico: “Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele [Foucault] chama de ‘trabalho de terreno’. É preciso instalarmos sobre as próprias linhas (...)” (DELEUZE, 1996). Assim, pensando nos diversos âmbitos que constituem o jornalismo, é possível perceber a ação da força do se dizer verdadeiro, que se efetua então em regras, estruturas, discursos - regimes de visibilidade e enunciação.

No âmbito da linguagem, há as regras discursivas, usualmente representadas pelo manual de redação, hoje internalizadas (e também contestadas) a partir o que se aprende nos cursos, na prática, ou no contato contínuo com os produtos jornalísticos. São as regras que dizem quais palavras são permitidas e quais não são, que determinam a forma com que se diz, e também o que se pode dizer, segundo uma ideia de verdade: os adjetivos são cortados, é exigida a terceira pessoa, como formas de criar uma distância entre o sujeito que enuncia e o fato que ele relata, com a meta de se aproximar tanto quanto possível da realidade.

Nas regras de conduta, há os paradigmas deontológicos e éticos que, assim como as regras discursivas, se atualizam muito mais pelo contato do jornalista ou do acadêmico com outros profissionais da área do que por imposição de um documento. Regras de conduta que em grande parte visam também estabelecer os limites da relação que o jornalista pode ter com a situação que presencia, com as fontes que entrevista, para que seja garantida a distância necessária para um relato objetivo, segundo uma ideia de verdade. A profissionalização e criação de cursos de formação tomam parte nesse processo, uma vez que o campo profissional específico, com suas regras específicas, e um espaço de formação desse profissional, auxiliam na criação e atualização das normas – embora possam, especialmente na academia, sofrer fissuras e questionamentos.

Na estrutura produtiva existe a empresa, que se insere na relação de mercado, e a ideia da busca pela verdade como atestado de que todos poderiam consumir determinado produto jornalístico, independentemente de ideologia, o que amplia a audiência, e portanto a lucratividade. Podemos considerar o próprio modo como é organizada a redação, a hierarquia e a presença de editores para efetuar a verificação dos fatos, cortar as palavras “erradas” e as “pessoalidades”, com base em uma ideia de verdade.

Na esfera pública, há a relação quase mitológica com uma ideia de democracia e de política não-ideológicas, como se o jornalismo fosse um participante neutro (idealmente), defendendo o que é certo e o que é de interesse público, a partir de uma ideia de verdade – pois é pressuposta a existência de uma resposta certa, à qual se pode chegar caso se faça a apuração de maneira correta. Podemos analisar as próprias determinações estatais, a legislação específica que trabalha com uma ideia de justiça, o direito de resposta que ocasionalmente pune aquele que não se atém a essa ideia de verdade.

No âmbito da técnica, há o impulso de fazer com que tudo pareça cada vez mais *imediatamente real*, imediatamente verdadeiro e sem mediações. A fotografia e o vídeo contribuem para uma perspectiva de que o que se vê é o que realmente acontece, e a internet confere ao jornalismo o sentimento de “ao vivo”, como se todo acontecimento narrado estivesse acontecendo agora.

São diversos os fatores que afetam essas relações (mais do que posso analisar neste momento). Mas com eles poderíamos pensar a articulação entre as linhas no dispositivo jornalístico, e como as linhas de visibilidade e enunciação trabalhariam para fortalecer certas linhas de forças, além das variações destas. Poderíamos – perspectiva particularmente interessante hoje – perceber elementos como a criticidade e opinião do público, as objeções que este faz ao jornalismo, a própria internet enquanto meio condicionado a regimes próprios,

as subjetivações, como linhas de fratura dentro do dispositivo, ou outras configurações deste, em vias de ser. E como essas fraturas e devires, embora possam ser contornados, abafados, podem resistir, se transformar e afetar as linhas e forças que compõem o jornalismo.

Assim, seria possível efetuar uma análise mais profunda da crise: não somente o dizer que há uma ruptura na credibilidade, ou na forma como até hoje se mantinha financeiramente a atividade, como se toda variação fosse um distúrbio naquilo que o jornalismo essencialmente é, mas perceber o que é possível dizer do jornalismo enquanto ele mesmo variação, dinâmica. Dessa forma, podemos pensar certos fatores que incidem no jornalismo – o acesso do público aos meios de produção e circulação de informação; a exposição e maior transparência dos processos segundo os quais os jornalistas operam; a possibilidade, pela internet e redes sociais, de comparar, comentar e perceber as divergências entre um veículo e outro, os ocultamentos, as concessões das empresas jornalísticas em nome da lucratividade – pensar esses fatores enquanto fenômenos que, mais do que afetar o “ser do jornalismo”, são constituintes do que ele é enquanto dispositivo.

O ponto maior da crise, a meu ver, é que os questionamentos incidem sobre pressupostos institucionalizados de uma *unidade* que surge de uma necessidade, e se justifica em uma função, supostamente *constantemente e universais*. A ideia que temos de jornalismo parece única e consensual, baseada em princípios que independem da época ou do lugar: necessidade por informação, função de busca pela verdade. Ao transpor aquilo que acreditamos no presente para a origem, como se fosse o objetivo do jornalismo, desde o início, ser dessa forma, engessamos aquilo que entendemos sobre ele e criamos restrições aos questionamentos e mudanças. Surgem daí impasses:

Como reafirmar um campo cujos pressupostos que o constituíram são questionados? E, principalmente, como enfrentar (ou incorporar) as possibilidades que o momento oferece, sendo elas justamente o que propulsiona a crise? O impasse é visível dentro das redações e também nas narrativas do jornalismo sobre si. Os silêncios, ao que parece, reafirmam o momento de incerteza sobre o futuro: como se transformar sem deixar de ser jornalismo? (BERGER; HAUSER, 2015, p. 512-513)

Talvez, a partir desses caminhos de análise, seja possível divisar, nas rupturas, o devir de novos regimes de enunciação e visibilidade que possam ser não só novas formas de fazer,

novas institucionalidades para o jornalismo, mas todo um novo esquema de questões, do que é possível pensar sobre e a partir dele¹¹.

¹¹ “Se Foucault é um grande filósofo é por que se serviu da história em proveito de outra coisa: como Nietzsche dizia, “agir contra o tempo, e assim, sobre o tempo, em favor, espero-o, de um tempo futuro”. Porque o que surge como actual, ou o novo, em Foucault, é o que Nietzsche chamava o intempestivo, o inactual, esse devir que bifurca história, um diagnóstico que faz prosseguir a análise por outros caminhos. Não é predizer, mas estar atento ao desconhecido que bate à porta.” (DELEUZE, 1996)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No livro “assim falou Zaratustra”, Nietzsche (2011) apresenta, com a imagem do camelo, do leão e da criança, as três transmutações do espírito. O camelo é o que respeita o dever, aquele que carrega coisas pesadíssimas pelo deserto, que aceita valores, abdica e venera. O leão seria a ruptura dessa aceitação, o “não” dito ao dever. O leão não pode ainda criar novos valores, mas cria uma liberdade para a nova criação. A criança é justamente isso que o leão ainda não pode, a criação de novos valores: é a inocência e o esquecimento, um novo começar, um movimento.

Por que digo isso? Porque em certa medida, é mais ou menos com esse processo que a verdade no jornalismo veio a ser, para mim, uma questão. Ao entrar no curso de jornalismo, aprendemos e interiorizamos uma série de valores e regras para a produção jornalística, nem sempre de maneira crítica. Muitos dos valores são tomados como pressupostos, não sendo questionados, ou sendo questionados de uma forma que não os desestabilize, que não mexa no lugar que eles ocupam. Os questionamentos costumam partir de uma ideia de jornalismo, com pressupostos já determinados, não podendo então resultar em outro movimento que não o circular, de voltar sempre para a mesma definição da atividade. É o camelo: que aceita os valores existentes, na ideia de que “todos os valores já foram criados”. Como se só pudéssemos aceitá-los, como se não houvessem outros possíveis.

Olhando para o jornalismo a partir de autores como Foucault e Nietzsche, comecei a questionar alguns dos valores em que a atividade se baseia: democracia, informação, interesse público, realidade, verdade. Acredito que este tenha sido o “não do leão”: aquilo que permite a ruptura com os valores e conceitos vigentes, a criação da liberdade para questioná-los de fato. O trabalho que proponho nessa monografia ainda faz parte disso. É a proposta de uma perspectiva que, ao considerar as condições segundo as quais o valor da verdade veio a ser dessa forma, possibilita uma interpretação crítica, encarando-o como não obrigatório.

O olhar que proponho se opõe a algumas premissas que atravessam, não todas, mas boa parte das pesquisas em jornalismo: primeiro, a ideia de que ele deve ser assim, fundamentado nesses valores; segundo, que ele sempre foi assim, de formas diversas, mas baseado nos mesmos princípios; terceiro, que ele é e foi assim em todos os lugares, independentemente da formação histórica de cada um deles. A concepção que temos do jornalismo costuma ser aparentemente única, atemporal e consensual. Acredito que seja necessário desconstruir esses princípios para questionar essa ideia de verdade no jornalismo.

Para isso, trabalhei com algumas perspectivas de Foucault. Primeiro procurei explorar a relação entre saber e poder. Discuti como os saberes não estão isentos do poder – como se todas as relações de poder fossem suspensas quando se trata do conhecimento. O saber não é puro, isento, imparcial: ele é constituído através de disputas, relações de poder. Saber e poder são indissociáveis. Isso é especialmente relevante se partirmos da concepção que Adelmo Genro Filho apresenta, do jornalismo enquanto forma social de conhecimento. Se o jornalismo é conhecimento, ele é também constituído através de disputas, de relações de poder.

Com isso, refleti sobre a ideia, que é também uma hipótese, de que o jornalismo tenha se constituído através da relação de disputa e mimese com outros campos. A relação com a ciência foi a mais aparente: as formas de produção jornalística se assemelham em muito com o método científico, embora a pressão do tempo impeça que o jornalismo, de fato, imite ou reproduza este método. O jornalismo se legitima como se fosse uma ciência contra o relógio: é uma tentativa de objetividade, de criar um distanciamento que permita dizer que se trata de um relato da realidade deixando de lado (tanto quanto possível) a subjetividade de quem relata. Através da forma do discurso, mais do que por uma correspondência a uma verdade absoluta, que o jornalismo se adapta às regras discursivas para ser considerado verdadeiro.

É interessante então, mais do que as verdades em si, analisar as condições para a formação dos *regimes* de verdade. Por isso procurei, considerando o jornalismo enquanto constituído na modernidade, discutir que tipo de pensamento predominava nesse momento, e como o jornalismo faria sentido nele. Ao estudar a análise que Foucault faz das epistemes clássica e moderna, percebi que o jornalismo talvez não se apresente como somente moderno, mas tenha ainda uma certa nostalgia do clássico. Considerei duas dimensões de jornalismo coexistindo em conflito: aquela tradicional, clássica, que se firma ainda na representação da realidade pela linguagem, e aquela que se deixa afetar pelos questionamentos da modernidade, de impossibilidades impostas por limitações do homem. Enquanto na prática se reconhece a impossibilidade de alcançar a verdade, ou a realidade, por conta das limitações do homem, a vontade de que isso fosse possível é colocada como horizonte ideal e orientação ética.

Para criar caminhos a partir dos quais seja possível pensar o jornalismo sem tomar como pressupostos valores atemporais e universais, propus utilizar o conceito de dispositivo de Foucault. Considero que, a partir dessa ideia, podemos estudar o jornalismo levando em conta todos os elementos que o compõem, as relações entre esses elementos, sem necessariamente buscar uma essência, necessidade ou função, que o justifique. A análise do

jornalismo enquanto dispositivo me parece um caminho em potencial para se entender como a força da vontade de verdade, de se dizer e ser tido como verdadeiro, se relaciona e afeta os diversos elementos que constituem o jornalismo.

Meu objetivo geral foi propor, a partir do pensamento de Foucault, uma forma de pensar o jornalismo na qual fosse possível questionar algo tão aparentemente inquestionável quanto a busca pela verdade. Pode-se perguntar, como impeditivo: “mas se retiramos a busca pela verdade, o que inibe o jornalismo de produzir ficção, contar mentiras, promover injustiças?” Ora, se existe um lugar para tomar posturas radicais e efetuar esse tipo de teste, é a academia. Não quero com isso abolir todas as verdades construídas e temporárias, de forma que nada seja possível dizer sobre o mundo. Quero somente questionar se não há outros termos possíveis para designar essa ideia, que não carreguem a história que esse conceito tem, que induz à busca de uma resposta certa. *É possível* que existam outras maneiras adequadas de se lidar com a questão, desconsiderando essa vontade de verdade. À pergunta “O que é a filosofia?”, Deleuze e Guattari respondem: “é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 10). Quem sabe seja preciso um pouco de filosofia para derrubar velhos conceitos e experimentar, a partir dos escombros, outras formas de fazer, outras questões para se pensar, novas palavras para aquilo que queremos dizer – novos conceitos para o jornalismo.

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. (FOUCAULT, 1979, p. 14)

Algumas iniciativas têm encarado essa postura. Ao que tange este trabalho, destaco duas vertentes: primeiramente, os pesquisadores que trabalham com o aporte conceitual de Foucault no jornalismo (GOMES, 1993; COUTINHO, 2004; GOMES, 2004; VOGEL, 2009; BRAGA, 2010; MOZZINI, 2012; DALMONTE, 2013), ou com autores pós-estruturalistas, produzindo análises a partir de críticas à noção de verdade; segundo, os trabalhos que exploram a ideia de acontecimento, com ênfase na série “Jornalismo e Acontecimento”¹², esforço coletivo para pensar as consequências e potencialidades epistemológicas do conceito na teoria do jornalismo. O acontecimento, juntamente com a ideia do jornalismo como um dos agentes

¹² BENETTI, FONSECA, et al (org.). Jornalismo e acontecimento. 4 vol. Florianópolis: Insular, 2010-2013

em uma construção social da realidade, parece um conceito que permite uma concepção mais dinâmica e complexa de jornalismo do que esta tem a partir do “fato”, por exemplo.

Cremos que nosso presente se apóia em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disto. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos. (FOUCAULT, 1979, p. 29)

O trabalho de Adelmo Genro Filho (2012) também apresenta potencialidades: o autor critica a pretensão jornalística à objetividade, e apresenta o jornalismo enquanto forma social de conhecimento que se efetua no singular. Cabe discutir as diversas dimensões que compõem esse “social”, de forma que possamos analisar o jornalismo mais segundo as relações complexas que o compõem em cada momento e lugar, e menos segundo universalismos a-históricos.

É importante frisar que não se trata de isolar a questão da busca pela verdade e trabalhá-la segundo uma base pré-estabelecida. Não se trata de uma “reorganização” do conceito de verdade para que este caiba, com outras palavras, em um jornalismo dado, mas de um olhar que possibilite o questionamento desse conceito – o que, por sua vez, põe em questão o próprio jornalismo. O trabalho que aqui proponho passa, necessariamente, por rever a concepção de jornalismo que sustenta essa ideia.

Para efetuar esta análise genealógica, proponho um trabalho de cartografia do dispositivo jornalístico. No terceiro capítulo, apontei alguns fatores que poderiam ser analisados: regras discursivas, regras de conduta, estrutura produtiva, esfera pública, técnica. Esses (e outros) âmbitos podem ser analisados tanto em sua relação uns com os outros, quanto historicamente – como se modifica a relação deles com a ideia de verdade, como ela aparece em cada momento histórico, sustentada por qual configuração.

A análise parte então ao desconhecido, pois não pode depender somente do que já foi dito, estabelecido, institucionalizado (teorias, discursos, objetos). O que Foucault chama de “trabalho de terreno” é realizado a partir da ideia de que não só os discursos que já constroem a história tradicional devem ser levados em conta, mas o que, em cada condição histórica, sustenta esses discursos. Voltamo-nos aos enunciados e visibilidades, percebendo as modificações ou regularidades destes em cada formação histórica, analisando as práticas discursivas e não-discursivas que constituem o jornalismo, em relações de poder.

É preciso então “instalarmo-nos sobre as próprias linhas” do dispositivo, transitando por: códigos deontológicos, momentos em que o jornalismo fala sobre si mesmo, manuais,

editoriais, espaços de intervenção do público, manifestações desse público, arquiteturas das redações, formas de financiamento e produção, diagramação e disposição das notícias no espaço, critérios de noticiabilidade, currículos dos cursos de formação, o processo de formação destes cursos, organizações sindicais e identidades profissionais, modificações na técnica, nas mídias, nos hábitos de leitura, etc. O objetivo que serve como guia dessa reflexão é o de compreender o papel que tem a busca pela verdade na constituição e funcionamento do campo jornalístico, e como esse valor afeta tanto o que podemos entender sobre o jornalismo, quanto sobre o discurso que ele produz. Pensando sobre como se constitui essa ideia de verdade, cutucando essa ideia aparentemente fixa, talvez possamos conceber um jornalismo em que este valor – crença e norma – não seja mais necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e Acontecimento**: Mapeamentos críticos. 1ed. Florianópolis: Insular, 2010, v. 1

BERGER, Christa; HAUSER, Vanessa. **A crise do jornalismo**: ecos e silêncios nas práticas e nas narrativas. In: III Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo (Mejor), 2015, Florianópolis, SC. Anais do III Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo, 2015.

BORGES, Rogerio. **Jornalismo literário** - análise do discurso. Série Jornalismo a Rigor, v.7. Florianópolis: Insular, 2013, 328 p.

BRAGA, Victor Eduardo. **A promessa de verdade da objetividade jornalística**: a herança platônica na conformação de um modelo único de jornalismo. In: Intercom Nordeste, 2010, Campina Grande. Anais Intercom Nordeste 2010, 2010.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 477p.

CHALABY, Jean K. **The invention of journalism**. London: Macmillan; New York: St. Martin's Press, 1998. 212 p.

CREECH, Brian. **A Poststructuralist Approach to Theory and History**: Toward a Genealogical Understanding of Media Texts and Artifacts. In: "A measure of theory?": Considering the Role of Theory in Media History. American Journalism, 2013, p. 260-278.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: Para uma ética da Informação. Lisboa: Instituto Piaget, c1994, 468p.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 392 p.

COUTINHO, Iluska. **O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo**. São Bern@rdo.com.br, São Bernardo do Campo, v. 1, n.I, 2004.

DALMONTE, Edson Fernando. **O jornalismo enquanto formação discursiva**: as regularidades enunciativas como estratégia de proposição de verdades. In: Edson Dalmonete. (Org.). Teoria e prática da crítica midiática. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2013, v. 1, p. 53-67.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2013.

_____. **O que é um dispositivo.** In: O mistério de Ariana. Trad. e prefácio Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a filosofia?** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail - 9. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007, 541 p.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, Loyola, 2012, 74 p. (Leituras Filosóficas)

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir.** Tradução Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e filosofia da comunicação.** 1. ed. São Paulo: Escrituras, 2004. v. 1. 139p .

GOMES, Wilson. **Verdade e perspectiva:** a questão da verdade e o fato jornalístico. Textos de comunicação e cultura. Salvador, v. 29, p. 63 a 83, 1993.

GUERREIRO NETO, Guilherme. **O discurso de legitimação do jornalismo:** a instituição inscrita nos editoriais. Florianópolis, SC, 2013. 219 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism:** what newspeople should know and the public should expect. New York: Three Rivers, 2007. 268 p.

LABASSE, Bertrand. **Du journalisme comme une mésoépistémologie.** *Communication*, Vol. 33/1, 2015. Consultado em 26 de agosto de 2015. Disponível em: <http://communication.revues.org/5093>

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. (Org.). **Jornalismo e acontecimento:** percursos metodológicos. 1ed. Florianópolis: Insular, 2011, v. 2

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber:** a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981, 214 p.

_____. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MAROCCO, Beatriz.; BERGER, Christa.; HENN, Ronaldo. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento**: Diante da morte. 1ed. Florianópolis: Insular, 2012, v. 3

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?**. Media & Jornalismo, Cascais/Coimbra, v. 1, n.1, p. 9-22, 2002.

MOZZINI, Camila. **A ascensão da concepção cartesiana ao jornalismo**. Cadernos de Comunicação, v. 16, p. 105-118, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2011.

_____. **Crepúsculo dos Ídolos** ou Como Se Filsofa com o Martelo. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006.

_____. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral**. Tradução: Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007, 95 p.

_____. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 169 p.

VOGEL, Daisi. **Sobre Foucault e o Jornalismo**. Verso e Reverso (Unisinos. Online), v. nº 53, p. 10.4013/ver.200, 2009.

VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento**: Tramas conceituais. 1ed. Florianópolis: Insular, 2013, v. 4

Debate: Noam Chomsky & Michel Foucault - sobre a natureza humana. Holanda, 1971.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZlzoWBVqkE>>. Acesso em: 15 nov. 2015.